

Made in Brazil

João Marchesan (*)

Os historiadores consideram que a industrialização brasileira começa em 1808, quando D. João VI, ao chegar ao Brasil, revogou a proibição de D. Maria I que impedia a colônia de produzir manufaturas

Entretanto, a simultânea abertura dos portos fez com que a manufatura brasileira ficasse restrita a poucos bens de consumo e, somente nas duas últimas décadas do século XIX, o Brasil passou a apresentar alguns indicadores de industrialização. Ainda assim, em 1900, quando comparamos os índices de produção industrial per capita, o Brasil mal chegava a 5% da produção da Inglaterra e 7% do Estados Unidos e, somente com Vargas e a 2ª Guerra Mundial, o Brasil começou a implantar uma política de industrialização com indústrias de base e de energia.

Ou seja, a industrialização brasileira iniciou quase 200 anos após a Inglaterra e 150 anos depois dos Estados Unidos. Nossa revolução industrial, aproveitou muito bem a criação do BNDES e os estímulos dados à substituição das importações, desde Juscelino até os governos militares (1964-1985). Neste período nasceram os incentivos às exportações, que ajudaram a consolidar nossa indústria de modo que, no fim da década de 70, o Brasil figurava em quinto lugar entre as principais potências industriais, fazendo os brasileiros se orgulhar do "made in Brazil".

Na década perdida dos anos 80 o Brasil perdeu bem mais do que sua taxa de crescimento. O país esqueceu que o motor do crescimento chinês, de 1930 a 1980, foi, basicamente, o processo de industrialização. Foi a indústria que, ao crescer e criar empregos, possibilitou fortes ganhos de produtividade, permitindo a absorção dos migrantes do campo e do nordeste e transformando desempregados em brasileiros com carteira assinada e renda decente.

A substituição das importações, porém, tinha como limite natural o atendimento ao mercado interno, alcançado na década de 70, o que comprometia a continuidade do crescimento da indústria. Na ocasião, o sucesso dos países emergentes asiáticos que escolheram "crescer via exportações" indicava qual o caminho do Brasil. Isto exigia fortes investimentos em educação para fornecer pessoal qualificado, bem como câmbio depreciado, baixa carga tributária e crédito abundante, para investimentos produtivos, a juros compatíveis.

Entretanto, em meados dos anos 80, o processo de redemocratização mudou as prioridades definidas pelo regime militar, substituindo-as pelo atendimento prioritário dos anseios sociais, fato sacramentado na "constituição cidadã". Simultaneamente o Brasil passava a conviver com forte crescimento da dívida pública e inflação elevada o que tornava o estado brasileiro refém do setor financeiro, levando o "mercado" a definir as novas prioridades nacionais, das quais a indústria não fazia parte.

Assim em lugar da inserção competitiva da indústria nacional nas cadeias globais, foi feita uma abertura financeira ampla, geral e irrestrita. A adoção das políticas do "consenso de Washington", feita por FHC e continuada pelo Lula, ampliou o processo de desindustrializa-

ção iniciado nos anos oitenta. Juros altos e câmbio baixo, decorrentes do "tripé" instituído na crise cambial de 1999, levaram a indústria de transformação brasileira a reduzir sua participação no PIB, dos quase 30% de 1980 para cerca 11% em 2016.

As tentativas canhestas, feitas no governo Dilma, de compensar os estragos no tecido industrial do país, causados por anos de juros altos e câmbio apreciado, através de incentivos creditícios e/ou desonerações fiscais pontuais, demonstraram que estes últimos não substituem uma política macroeconômica favorável ao investimento produtivo. Isto não impediu, entretanto, que economistas ortodoxos usassem o fato para pontificar sobre a inutilidade de todas e quaisquer políticas industriais.

Estas desonerações pioraram sensivelmente as contas públicas, levando o país a um endividamento crescente e á crise política. Já em 2015 com o ministro da Fazenda imposto pelo mercado e, principalmente, após a troca de governo, a visão financeira no diagnóstico da crise, priorizou um ajuste fiscal que, desconheceu o elevado endividamento das famílias e das empresas, piorando sensivelmente a grave recessão que já dura mais de três anos. Caberá ao futuro presidente, além equilibrar as contas públicas, definir um novo modelo de desenvolvimento que resgate o papel da indústria.

O ciclo de crescimento sustentado, dos anos 30 a 80 do século passado não por acaso ocorreu junto com a industrialização do país enquanto que a forte redução nas taxas de crescimento do PIB simultânea com a desindustrialização não é mera coincidência. Se é verdade que o crescimento decorre basicamente de ganhos de produtividade, fato com o qual concordam onze entre dez economistas, o novo governo deve perseguir este objetivo. E é indiscutível que, no mundo todo, este papel tem sido desempenhado, basicamente, pela indústria e pelos serviços sofisticados que ela demanda.

Jamais seremos um país desenvolvido sem produzir produtos tecnologicamente complexos e empregar mais e mais brasileiros na indústria de transformação e em serviços sofisticados. Assim reindustrializar o país, tendo em vista o novo paradigma de uso intensivo de tecnologia digital, internet das coisas e inteligência artificial é indispensável para o crescimento sustentado. Um ambiente favorável aos investimentos é necessário mas as reformas microeconômicas entre as quais se destaca a tributária, são essenciais para que a produção e exportação de bens e serviços "made in Brazil" sejam um bom negócio.

Não foi por falta de políticas industriais que a indústria brasileira não só cresceu no passado recente mas, ao contrário, encolheu até ocupar, hoje, o 11º lugar entre os países industriais. De fato nenhuma política de incentivos ou de desonerações compensa uma política macroeconômica hostil. Juros altos desestimulam os investimentos e aumentam custos enquanto o câmbio apreciado define o preço e portanto as margens de bens e serviços.

Ou seja, um ambiente desfavorável aumenta custos e reduz margens o que certamente não faz do país um bom lugar para se produzir.

(*) - É administrador de empresas, empresário e presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas.

Exportação e reserva internacional mantêm risco país em níveis baixos

Os rebaixamentos sofridos pelo Brasil nos últimos meses pelas agências de classificação de risco pouco afetaram um dos principais indicadores do interesse dos investidores estrangeiros

O risco país continua em níveis baixos, próximos aos de quando o país ainda tinha grau de investimento (garantia de que não corre risco de dar calote na dívida pública). Segundo especialistas, as elevadas reservas internacionais e o bom desempenho das exportações têm ajudado a manter o índice em níveis baixos.

Definido como a diferença entre os juros dos títulos públicos brasileiros no exterior e os títulos do Tesouro norte-americano, calculada dia a dia, o risco país funciona como um termômetro da desconfiança dos investidores internacionais. Quanto maior a diferença, maior a percepção de risco dos aplicadores em relação a um papel. O indicador foi criado pelo banco de investimentos JPMorgan, em 1992.

O risco país encerrou 2017 em 240 pontos. Na última quarta-feira (18), segundo dados mais recentes, estava em 244 pontos.



Reservas internacionais de US\$ 383 bilhões mais do que cobrem a dívida externa do governo e das empresas.

Pelo indicador, os títulos públicos brasileiros em circulação no exterior tinham juros 2,44 pontos percentuais maiores que os papéis equivalentes do Tesouro norte-americano, considerado o investimento mais seguro do mundo. O nível é semelhante ao registrado no fim de 2014,

quando o Brasil ainda tinha grau de investimento.

No início de setembro de 2015, quando a Standard & Poor's (S&P) tornou-se a primeira agência a retirar o selo de bom pagador do país, o índice estava em torno de 390 pontos. Chegou a 569 pontos

em fevereiro de 2016, recuando gradualmente nos meses seguintes, principalmente após a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff. Atualmente, as agências S&P e Fitch classificam o Brasil três níveis abaixo do grau de investimento.

Os rebaixamentos mais recentes ocorreram em janeiro (S&P) e em fevereiro (Fitch). O principal argumento foi o adiamento da aprovação da reforma da Previdência. A Moody's tem uma avaliação mais otimista. Além de ter mantido o país dois níveis abaixo do selo de bom pagador, este mês elevou de negativa para neutra a perspectiva da nota do país, indicando que não pretende alterar a classificação nos próximos meses. Segundo a agência, o crescimento da economia previsto para 2018 e a possibilidade de aprovação de reformas estruturais pelo próximo governo permitiram a conservação da nota (ABR).

Após 10 dias de protestos, premier da Armênia renuncia



Serzh Sargsyan mudou sistema político para seguir no poder.

Após passar apenas uma semana no cargo, o primeiro-ministro da Armênia, Serzh Sargsyan, anunciou ontem (23) sua renúncia, em meio aos protestos que tomaram conta do país nos últimos 10 dias.

Sargsyan, pró-Rússia, foi presidente entre 2008 e 2018, após ter sido eleito em uma votação bastante contestada pela oposição, e realizou uma reforma constitucional que mudou o sistema político armênio do semipresidencialismo para o parlamentarismo - ele não poderia se candidatar novamente a presidente.

Em seguida, renunciou ao cargo de chefe de Estado e, em 17 de abril, foi eleito primeiro-ministro pela Assembleia Nacional. A manobra desencadeou uma onda de protestos no país, capitaneados pelo líder de oposição Nikol Pashinyan, alinhado à União Europeia e que definiu as manifestações como "revolução de veludo". Os atos foram violentamente reprimidos e terminaram com a prisão de centenas de opositores, incluindo Pashinyan, mas a multidão continuou mobilizada e forçou a renúncia de Sargsyan.

"Nikol Pashinyan tinha razão: a situação criada tem algumas soluções, mas eu não as escolherei. Deixo o cargo de líder e primeiro-ministro. Os movimentos de rua são contra meu governo, então atendo seu pedido e desejo paz e harmonia para nosso país", diz uma nota do ex-presidente. A renúncia foi celebrada por dezenas de milhares de pessoas na capital armênia, Yerevan. O vice-primeiro-ministro Karen Karapetyan foi nomeado para governar o país interinamente (ANSA).

Cientistas desenvolvem tratamento para síndrome de Guillain-Barré

Um grupo de pesquisadores japoneses desenvolveu um tratamento para os casos mais graves da síndrome Guillain-Barré, o primeiro avanço em 25 anos para a cura da doença neurológica e autoimune.

O estudo feito pela Universidade Chiba (Tóquio), conclui que o uso do remédio eculizumab, que já era aplicado no tratamento de várias doenças raras, é também seguro e eficaz para a Guillain-Barré e ajuda a agilizar a recuperação dos pacientes, explicou a instituição em comunicado. A doença, que nos últimos anos se associou também a uma complicação do vírus zika, causa fraqueza muscular e paralisia de órgãos e extremidades, levando à morte de 4% das vítimas.

"Os resultados do teste clínico chamaram a atenção de especialistas de todo o mundo, como um tratamento inovador e potencialmente eficaz", afirmou o professor Satoshi Kuwabara, principal responsável pela pesquisa.

O estudo foi feito durante 24 semanas em 13 hospitais japoneses, onde pacientes



A doença causa fraqueza muscular e paralisia de órgãos e extremidades, levando à morte de 4% das vítimas.

com caso severo receberam o remédio eculizumab ou um placebo.

A partir da quarta semana, mais de 60% dos pacientes que tomaram o remédio podiam andar de maneira independente, enquanto esse percentual caía para 45% no caso do grupo do placebo. Após concluir o tratamento, 72% dos pacientes do primeiro grupo podiam correr, enquanto apenas 18% do segundo grupo conseguiram. Segundo o estudo, que foi

publicado em 20 de abril na revista médica britânica "The Lancet Neurology", 70% dos pacientes que tomaram o remédio quase não tinham sinais de incapacidade seis meses depois de iniciar o tratamento, o que para os pesquisadores significa que os problemas poderão ser superados no futuro. Eles acreditam, no entanto, que será necessário fazer mais testes no futuro, com um número maior de pacientes (ABR/EFE).

Quase 3 milhões de menores estão há 7 anos sem estudar na Síria

Pelo menos 2,8 milhões de menores não foram escolarizados nos sete anos de conflito na Síria, segundo dados divulgados ontem (23) pelo Unicef, em Bruxelas. A entidade destacou que desde 2011 alguns menores nunca foram ao colégio, enquanto outros interromperam sua educação durante todo este tempo, por isso será "extremamente difícil" colocarem os estudos em dia quando voltarem às salas de aula.

A nota ressaltou que frequentar a escola em áreas de conflito pode ser "questão de vida ou morte" devido à violência. Mais de 300 colégios foram alvo de ataques, enquanto uma em cada três escolas na Síria ficaram completamente fora de funcionamento por terem sido destruídas, danificadas, ou usadas com propósitos militares ou para receber famílias de deslocados.

Segundo dados do Unicef, 40% dos menores sem estudos têm entre 15 e 17 anos, e portanto correm o risco de serem recrutados para combater ou



Crianças sírias refugiadas no Brasil dão continuidade aos estudos no seu novo país.

serem obrigados a se casar e trabalhar muito jovens. A agência da ONU explicou que estes problemas se estão se tornando prevalentes, conforme as famílias recorrem cada vez mais a "medidas extremas de sobrevivência". Apesar destas dificuldades, o Unicef afirmou que 4,9 milhões de menores continuam tendo acesso à educação dentro da Síria.

E nos países vizinhos, que acolhem refugiados, os go-

vernos estão sobrecarregados e trabalham muito jovens. A agência da ONU explicou que estes problemas se estão se tornando prevalentes, conforme as famílias recorrem cada vez mais a "medidas extremas de sobrevivência". Apesar destas dificuldades, o Unicef afirmou que 4,9 milhões de menores continuam tendo acesso à educação dentro da Síria.